



CONTRATO nº 58/2024-MPRO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REALIZAR A EXECUÇÃO DE OBRA PARA COMPORTAR O ANEXO III DO EDIFÍCIO-SEDE, EM QUE SÃO PARTES O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA DFE CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Av. Jamari, nº 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 04.381.083/0001-67, neste ato representado por seu Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, Héverton Alves de Aguiar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **empresa DFE CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA** – CNPJ nº 41.347.110/0001-01, com sede na Rua Rego Barros, nº 244, Sala 08, Bairro Parque 10 de Novembro, Manaus, Amazonas, CEP nº 69.055-404, neste ato representada por Fabiano dos Santos Araújo, RG nº 15646262 SSP-AM e CPF nº 522.899.072-00, residente e domiciliado na Rua Carmelo, nº 20, Quadra F, Conjunto Ben-Hur, Bairro Cidade de Deus, Manaus, Amazonas, CEP. 69099-089, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente Contrato para **prestação de serviços de engenharia para realizar a execução de obra para comportar o anexo III do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Rondônia**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, inclusive pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 12.846/2013, bem como pela Lei Estadual nº 2.414/2011, pelo Decreto Estadual nº 16.089/2011, Resolução nº 16/2023-PGJ e legislações pertinentes; Edital do Processo Licitatório nº 06/2024, Concorrência nº 90001/2024, com sessão realizada em 12/06/2024, constante no SEI nº 19.25.110001001.0001963/2024-81 e respectivas atas de abertura e julgamento que integram este Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de engenharia para execução de obra para comportar o Anexo III do edifício-sede do Ministério Público de Estado de Rondônia, em Porto Velho/RO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços será de forma indireta, no regime de empreitada por preço global, de acordo com o Art. 46, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, conforme art. 106 da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. O prazo de execução dos serviços será de 540 (quinhentos e quarenta) dias, conforme previsão do cronograma físico-financeiro constante da Planilha Orçamentária anexa (1625157) e a empresa tem até 5 (cinco) dias corridos para início da execução da obra, a contar da data do recebimento da ordem de serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

O valor previsto para a realização dos serviços é de **R\$ 4.053.988,33** (quatro milhões cinquenta e três mil e novecentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos), com inclusão do Bônus por Despesas Indiretas – BDI (28,82% para BDI geral e 16,32% para BDI de equipamentos - grau baixo- Acórdão TCU nº 2622/2013), previsto na alínea "f" do inciso XXV do artigo 6º da Lei 14.133/21, que será pago de acordo com as medições efetuadas e devidamente atestadas pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

§ 1º O pagamento será efetuado conforme as medições da obra, devendo a **CONTRATADA** expedir Nota Fiscal, que será atestada pela Seção de Infraestrutura – SEINF.

§ 2º O pagamento será efetuado conforme a execução da obra e a medição da sua etapa correspondente, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminatória, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e Previdenciários;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

- e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- g) Guia de Recolhimento de FGTS (GRF) correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- h) Comprovante de recolhimento do FGTS;
- i) Guia de Recolhimento de INSS (GPS) correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- j) Comprovante de recolhimento do INSS;
- k) Informações à previdência (GFIP), correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- l) Comprovante de pagamento dos funcionários correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- m) Cópia dos registros de ponto dos funcionários correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- n) Cópia do diário de obras correspondente ao mês da medição;
- o) Relatório fotográfico da medição corrente, demonstrando todos os serviços realizados no período.

§ 3º Ademais, antes da primeira medição, a empresa deverá apresentar:

- a) Todos os programas de segurança do trabalho necessários;
- b) ART do responsável técnico de execução da obra (em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato, vide obrigações da **CONTRATADA**);
- c) Cadastro da CNO preenchida.

§ 4º A lista de documentos poderá ser alterada pelo **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, em caso de mudança na legislação ou necessidade da fiscalização do Contrato.

§ 5º No caso de falhas na entrega ou execução do objeto ou na documentação de cobrança, o prazo para pagamento será suspenso, até a correção, e passa a contar a partir da regularização das falhas apontadas.

§ 6º Caso a documentação não esteja regularizada, a contagem do prazo para pagamento dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

§ 7º Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à **CONTRATADA** para a devida regularização, caso em que o prazo referido no §5º passará a fluir após a reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida..

§ 8º Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço.

§ 9º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{I}{365} = \frac{(12/100) \times I}{365} = 0,00032876$$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 12%.

§ 10. A **CONTRATADA** fica obrigada a consignar o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - 04.801.221/0001-10) na Nota Fiscal eletrônica (NF-e), conforme exigência da Lei Estadual nº 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

§ 11. O Reajuste e a Revisão de preços seguirão as premissas do Decreto nº 25.829, de 11/01/2021, do Governo do Estado de Rondônia, que Dispõe sobre o reajuste, repactuação e revisão de preços nos contratos da administração estadual direta e indireta e revoga o Decreto nº 3.461, de 13/10/1987. Deverão atender também às premissas elencadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seus acórdãos e documentos oficiais. Como complemento, será utilizada a Norma Técnica para Avaliação do Desequilíbrio Econômico-Financeiro de Contratos de Obras de Engenharia (IBAPE 003, de 19/09/2014, do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE). O ônus da prova dos fatos (desequilíbrio) é da própria empresa, a quem também cabe comprovar abundantemente a questão pleiteada, para subsidiar análise assertiva por parte do **CONTRATANTE**.

§ 12. Para fins de comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no mínimo, as seguintes documentações:

- a) Requerimento devidamente assinado pelo seu representante, contendo as devidas justificativas;
- b) Documentações hábeis demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
- c) Simulação da planilha orçamentária desde a sua data-base até o mês onde for solicitado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo-se, neste caso, ser utilizada a própria tabela SINAPI – uma vez que a mesma é mensalmente atualizada pela Caixa Econômica Federal;
- d) Cotações e Notas Fiscais dos insumos/serviços compreendendo o período pleiteado para o reequilíbrio econômico-financeiro, desde o mês utilizado como data-base da planilha licitada até o mês de pleiteamento da revisão de preços;
- e) Mapa de pesquisa de mercado alocando todos os preços obtidos através das cotações e Notas Fiscais apresentadas;
- f) Composições de custos unitários com os preços originalmente licitados;
- g) Composições de custos unitários com os preços modificados conforme mapa de pesquisa de mercado;
- h) Planilha sintética contendo o comparativo entre os valores originais e revisados dos serviços, cuja diferença, somada, será o valor do reequilíbrio econômico-financeiro.

§ 13. Os preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação da proposta de preços pela **CONTRATADA** ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser

reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P \times (1 + V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo

P = preço atual (antes do reajuste)

V = variação percentual obtida pelo INCC-DI.

A variação percentual ("V"), por sua vez, é obtida através da seguinte equação:

$$V = (Li - Lo) / Lo$$

Onde:

Li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento, conforme histórico INCC-DI

Lo = Índice de preço verif. no mês de abertura da proposta que deu origem ao contrato, conforme histórico INCC-DI

§ 15. Os serviços incluídos em aditivos de acréscimo e precificados por meio de cotações no mercado local/nacional não sofrerão reajuste, tendo em vista que os preços foram atualizados antes da celebração do Termo Aditivo.

§ 16. Eventuais atrasos ocasionados pela **CONTRATADA** serão retirados do saldo remanescente que servirá como base de cálculo para aplicação do percentual de reajuste.

§ 17. Os valores reajustados, quando de direito e após aprovação do **CONTRATANTE**, serão pagos proporcionalmente às medições efetuadas.

§ 18. Qualquer documentação adicional porventura solicitada pelo **CONTRATANTE** deverá ser fornecida pela **CONTRATADA**.

§ 19. Não será devido reequilíbrio econômico-financeiro para variações ordinárias do valor dos materiais e mão de obra e tampouco quando o impacto ocorrido no contrato for oriundo de atrasos ou outros fatos cujo nexo causal tenha sido originado pela própria **CONTRATADA**.

§ 20. Não serão revisados/reequilibrados serviços já reajustados.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas referentes ao objeto deste Contrato correrão pelas seguintes fontes:

29.001.03.122.1280.1196 - Construir, Ampliar e Reformar Unidades

Fonte do recurso: 1.500.0.00001 - TESOURO

Natureza de Despesa: 44.90.51.91

Nota de Empenho SIGEF 2024NE001757 (1782706)

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:a em

1. Publicar no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Rondônia o extrato do contrato;
2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
3. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA** através de seus representantes legais;
4. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação e quaisquer falhas ocorridas, para a imediata adoção das providências de saneamento;
5. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
6. Deduzir e recolher na fonte os tributos pertinentes sobre os pagamentos efetuados à **CONTRATADA**;

7. Decidir sobre eventuais alterações necessárias no instrumento contratual, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;
8. Colocar à disposição da **CONTRATADA** os elementos e informações necessários à execução do contrato;
9. Atestar a entrega do serviço e receber a Nota Fiscal/Fatura correspondente;
10. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela **CONTRATADA** para entrega ou execução do objeto;
11. Supervisionar e fiscalizar os materiais, equipamentos e utensílios disponibilizados para execução dos serviços, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar substituir os que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Registrar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato por ambas as partes;
2. Providenciar a ligação provisória de água e energia, caso necessário;
3. Assumir a responsabilidade e efetuar o pagamento de todos os tributos e obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo pelo **CONTRATANTE**;
4. Realizar a inscrição da obra no CNO no máximo até 30 dias após o seu início. E apresentar junto as documentações da primeira medição. Salvo por motivos de força maior e devidamente justificados;
5. Manter no local dos serviços e obras instalações, funcionários e equipamentos em número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato;
6. Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução do cronograma físico financeiro do contrato;
7. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços e obras objeto do contrato;

8. Realizar e responsabilizar-se por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos;
9. Entregar os bens e serviços discriminados em sua proposta, em conformidade com as especificações e nas condições exigidas no contrato e seus anexos, e substituir qualquer item que, a juízo do **CONTRATANTE**, não esteja de acordo com o ajustado;
10. Fornecer ao **CONTRATANTE** o correspondente termo/certificado de garantia dos materiais e equipamentos aplicados na obra;
11. Observar de forma rigorosa as recomendações aceitas pela boa técnica, normas reguladoras, normas técnicas e legislação pertinente ao objeto contratado;
12. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto contratado;
13. Reparar, corrigir, remover, substituir ou ressarcir às suas expensas, no prazo determinado pela fiscalização, os prejuízos causados ao patrimônio do **CONTRATANTE** em decorrência da execução do objeto contratado;
14. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras pessoas físicas ou jurídicas, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
15. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros no cumprimento do objeto;
16. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do **CONTRATANTE** prestando todos os esclarecimentos solicitados acerca da execução do objeto contratado;
17. Cumprir as solicitações formais ou instruções complementares da fiscalização pertinentes à execução contratual;
18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, no que couber, as normas internas do **CONTRATANTE** pertinentes ao objeto do contrato;
19. Reportar-se, quando houver necessidade, ao gestor ou ao fiscal e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
20. Comunicar ao gestor, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução contratual;

21. Cumprir os prazos previamente estabelecidos pela fiscalização para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e serviços;
22. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**;
23. Cumprir a legislação municipal, estadual e federal de preservação ambiental, notadamente as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
24. Distribuir e supervisionar os empregados sob sua responsabilidade, zelar pelo cumprimento das tarefas e prazos, pela qualidade dos serviços e solução dos problemas;
25. Exigir de seus empregados a observação da técnica adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas disponibilizados para a execução dos serviços;
26. Não estocar materiais não pertinentes à execução contratual no local de execução dos serviços;
27. Não introduzir, utilizar ou estocar nas dependências do **CONTRATANTE**, materiais perigosos, exceto os autorizados pela fiscalização, devendo a contratada providenciar a sinalização e os dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor;
28. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução do objeto contratado ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências do **CONTRATANTE**;
29. Empregar na execução do objeto somente empregados habilitados nas profissões declaradas em sua proposta, podendo a fiscalização exigir a qualquer tempo a comprovação;
30. Fiscalizar e orientar os empregados na execução do objeto contratado;
31. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes de trabalho, inclusive incêndios, nos imóveis do **CONTRATANTE**;
32. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

33. Arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta comercial, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto contratado;
34. Não permitir no canteiro de obras do **CONTRATANTE**, pessoas que não tenham relação direta com a execução do objeto contratado;
35. Prestar obediência às cláusulas acordadas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional dos empregados alocados para execução dos serviços, que esteja em vigência e homologada pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
36. Responsabilizar-se pela gestão da mão de obra necessária para execução do objeto contratado;
37. Submeter à aprovação do fiscal todos os insumos disponibilizados para execução do objeto, antes de sua aplicação ou utilização;
38. Substituir às suas expensas quaisquer materiais e insumos recusados por serem considerados inadequados à execução do objeto contratado;
39. Substituir, às suas expensas o objeto que apresentar defeito antes do recebimento definitivo;
40. Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas de segurança do trabalho em vigor para execução do objeto contratado, bem como fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPIs aos seus empregados e exigir sua utilização na forma da legislação vigente;
41. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;
42. Comunicar por escrito à fiscalização do **CONTRATANTE**, de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venham a ocorrer com seus empregados;
43. Pagar os salários e outros direitos dos empregados até as datas limites estabelecidas em lei e Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria;
44. Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários e demais benefícios de seus empregados aos pagamentos efetuados pelo **CONTRATANTE**. A inadimplência da **CONTRATADA** para com obrigações deste item, não transfere ao **CONTRATANTE** responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
45. Após a execução do objeto, proceder à retirada de entulhos e a limpeza detalhada dos locais de trabalho;
46. Efetuar a baixa da CNO junto à Receita Federal em até 60 dias, após a conclusão da obra, podendo esse prazo ser estendido, caso seja apresentado as devidas justificativas dentro do prazo estipulado.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA TÉCNICA

A empresa executora da obra será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura forem entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do projeto arquitetônico e complementares.

§ 1º Para todos os efeitos, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme art. 618 do Código Civil Brasileiro.

§ 2º Nesse período o **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA** a correção de qualquer patologia, defeito ou incorreção que se apresentar nos serviços realizados, tendo como base o Anexo D da NBR 15575 - Edificações habitacionais - Desempenho - Parte1: Requisitos Gerais.

§ 3º A contagem dos prazos de garantia indicados na tabela abaixo inicia-se a partir da expedição do "Termo de Recebimento Definitivo" ou do "Habite-se", o que vier por último.

Tabela com prazo de garantia em anos

Sistemas, elementos, componentes e Instalações	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos
Fundações, estrutura principal, estruturas periféricas, contenções e arrimos.				Segurança e estabilidade global. Estanqueidade de fundações e contenções
Paredes de vedação, estruturas auxiliares, estruturas de cobertura, guarda-corpos, muros de divisa e telhados.				Segurança e integridade

Tabela com prazo de garantia em anos

Sistemas, elementos, componentes e Instalações	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos
Equipamentos industrializados, Sistemas de dados e voz, telefonia, vídeo e televisão.	Instalação Equipamentos			
Sistema de proteção contra descargas atmosféricas, sistema de combate a incêndio, Iluminação de emergência, sistema de segurança patrimonial.	Instalação Equipamentos			
Porta corta-fogo.	Dobradiças e molas			Integridade de portas e batentes
Instalações elétricas tomadas/interruptores/disjuntores/ fios/cabos/eletrodutos/caixas e quadros	Equipamentos		Instalação	
Instalações hidráulicas e gás - colunas de água fria, colunas de água quente, tubos de queda de esgoto, colunas de gás.				Integridade e vedação.
Instalações hidráulicas e gás coletores/ramais/louças/caixas de descarga/bancadas/metais sanitários/sifões/ligações flexíveis/ válvulas/registros/ralos/tanques.	Equipamentos		Instalação	

Tabela com prazo de garantia em anos

Sistemas, elementos, componentes e Instalações	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos
Impermeabilização.				Estanqueidade.
Esquadrias de alumínio e de PVC.	Partes móveis (inclusive recolhedores de palhetas, motores e conjuntos elétricos de acionamento)	Borrachas, escovas, articulações, fechos e roldanas.		Perfis de alumínio, fixadores e revestimentos em painel de alumínio
Fechaduras e ferragens em geral.	Funcionamento Acabamento			
Revestimentos de paredes, pisos e tetos internos e externos em argamassa/gesso liso/ componentes de gesso acartonado/drywall.		Fissuras.	Estanqueidade de fachadas e pisos molháveis.	Má aderência do revestimento e dos componentes do sistema
Revestimentos de paredes, pisos e tetos em azulejo/cerâmica/pastilhas.		Revestimentos soltos, gretados, desgaste excessivo	Estanqueidade de fachadas e pisos molháveis	
Revestimentos de paredes, pisos e teto em pedras naturais (mármore, granito e outros).		Revestimentos soltos, gretados, desgaste excessivo	Estanqueidade de fachadas e pisos molháveis	

Tabela com prazo de garantia em anos

Sistemas, elementos, componentes e Instalações	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos
Piso cimentado, piso acabado em concreto, contrapiso.		Destacamentos, fissuras, desgaste excessivo	Estanqueidade de pisos molháveis	
Revestimentos especiais (fórmica, plásticos, têxteis, pisos elevados, materiais compostos de alumínio.		Aderência		
Forros de gesso.	Fissuras por acomodação dos elementos estruturais e de vedação			
Pintura/verniz (interna/externa).		Empolamento, descascamento, esfarelamento, alteração de cor ou deterioração de acabamento		
Selantes, componentes de juntas e rejuntamentos.	Aderência			
Vidros.	Fixação			

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL E DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica a **CONTRATADA** obrigada a prestar garantia, por ocasião da assinatura do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, nas modalidades previstas no §1º do citado artigo, ficando retida até o término da obra.

§1º De acordo com o art. 122 da Lei 14.133/21, será permitida a subcontratação somente nos serviços especializados, limitado ao valor de 50% (cinquenta por cento) do valor global do contrato, para os seguintes serviços:

- Fornecimento e instalação de esquadria de alumínio, vidros e portões metálicos, divisórias em painel melamínico;
- Fornecimento e instalação de forro de gesso e forro em fibra mineral;
- Calhas, rufos e pingadeiras;
- Bancadas, soleiras e peitoris em granitos;
- Fornecimento e execução de paisagismo;
- Fornecimento e instalação de equipamentos de ar condicionado, gerador de energia e *no-break*;
- Fornecimento e instalação de persianas.

§ 2º A subcontratação deverá ser previamente solicitada ao fiscal do contrato para avaliação quanto à legislação vigente e às regras contidas no Projeto básico (1601732).

§ 3º Caso a **CONTRATADA** subcontrate serviços sem a anuência da fiscalização, este serão paralisados, e a **CONTRATADA** poderá sofrer as sanções previstas em instrumento contratual.

§ 4º A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 5º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até terceiro grau.

§ 6º A subcontratação não exime da necessidade de apresentação de documentos de habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária, sendo responsabilidade da **CONTRATADA** requerer tais documentos a suas subcontratadas e apresentar previamente ao fiscal do contrato. A subcontratação também não exime da necessidade de apresentação dos documentos da quitação de direitos trabalhistas (registros de funcionários, holerites/contracheques, comprovantes de pagamento de FGTS, comprovante de pagamentos previdenciários, etc.), devendo tais documentos serem apresentados acompanhado da documentação de medição da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

O Recebimento dos serviços e obras executados pela **CONTRATADA** será efetivado em (02) duas etapas sucessivas.

§ 1º Na **primeira etapa**: após a conclusão dos serviços, a **CONTRATADA** solicitará oficialmente uma vistoria da Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços para realizar o **Recebimento Provisório**. Nessa etapa, a **CONTRATADA** entregará os certificados de garantia dos objetos e componentes do serviço, garantindo sua qualidade nos termos do Projeto Básico (1601732). Após a vistoria, serão apontadas as eventuais correções necessárias ao Recebimento Definitivo, com prazo para execução dos ajustes.

§ 2º Na **segunda etapa**, após a conclusão das eventuais correções, complementações e solicitação oficial da **CONTRATADA**, será realizada nova vistoria pela fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, para o **Recebimento Definitivo**. O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo **CONTRATANTE** após a apresentação pela **CONTRATADA** da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato, além de Certificado de Conclusão de Obra, baixa do CNO (Cadastro Nacional de Obras). Tanto o Recebimento Provisório quanto o Definitivo deverão ser efetuados por no mínimo:

- 3 (três) servidores do **CONTRANTE** portariados para gestão e fiscalização do contrato; ou
- 1 (um) representante de cada disciplina de projeto, a depender da quantidade de disciplinas envolvidas no objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer cláusula ou condição deste contrato, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, resultará na aplicação das sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis, assegurando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório e, na hipótese da **CONTRATADA** praticar quaisquer das infrações abaixo discriminadas, o **CONTRATANTE** poderá aplicar multa de 0,50% (cinco décimos por cento) a 2,00% (dois por cento), conforme tabelas a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,50%
2	1,00%
3	1,50%
4	2,00%

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA	SOBRE O VALOR TOTAL DO (A)
1	Não registrar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) antes do início da respectiva atividade técnica	1	Por dia	Contrato
2	Atraso no início da execução da obra	2	Por dia	Contrato
3	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	4	Por ocorrência	Medição
4	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	2	Por dia	Saldo Remanescente

5	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	3	Por empregado e por dia	Medição
6	Executar serviços fora das especificações previstas no edital e seus anexos sem a autorização formal do Ministério Público.	3	Por ocorrência	Medição
7	Não manter o diário de obra atualizado	2	Por dia	Medição
8	Permitir a presença de empregado desuniformizado na obra.	1	Por ocorrência	Medição
9	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	3	Por ocorrência	Medição
10	Deixar de fornecer todos os materiais em quantidades adequadas para a perfeita execução dos serviços objeto do contrato.	3	Por ocorrência	Medição
11	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado	Medição
12	Deixar de pagar os salários e entregar os vales-transportes e/ou vales-alimentação nas datas avençadas.	3	Por empregado	Medição
13	Deixar de substituir equipamentos e materiais que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados.	4	Por ocorrência	Medição
14	Deixar de fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPIs aos seus empregados e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente.	3	Por empregado	Medição
15	Deixar de orientar e exigir de seus empregados a postura e compostura compatíveis com o ambiente de trabalho.	3	Por empregado	Medição

16	Permitir que seus empregados divulguem assuntos de interesse Institucional que tomar conhecimento.	4	Por ocorrência	Medição
17	Atraso na entrega da obra no tempo previsto.	3	Por dia	Saldo Remanescente
18	Deixar de cumprir quaisquer obrigações, constantes no edital e seus anexos, não previstas nesta tabela de multas.	3	Por ocorrência	Medição

§ 1º No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva intimação.

§ 2º Pela prática de infrações administrativas, o **CONTRATANTE** poderá, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 3º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato.

§ 4º Caso a **CONTRATADA** dê causa à inexecução parcial do contrato também estará sujeita a multa de mora.

§ 5º A multa de mora, quando aplicada “por dia de atraso”, será limitada a 30 (trinta) dias. Se o atraso exceder esse período, o **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato.

§ 6º No caso de atraso injustificado na execução dos serviços e/ou a prática de quaisquer infrações, o **CONTRATANTE** poderá, garantida ampla defesa e o contraditório, aplicar multas à **CONTRATADA**, na forma prevista no item 10.2 do ANEXO IV – Projeto básico (1601732).

§ 7º Em caso de inexecução total ou em caso de recusa de assinatura do termo contratual por parte da **CONTRATADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial.

§ 8º A **CONTRATADA** que der causa à inexecução total ou parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; não entregar a documentação exigida no edital; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste contrato e cominações legais aplicáveis.

§ 9º A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do **CONTRATANTE**, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração Pública, podendo ainda ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- e) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o MPRO, em virtude de atos ilícitos praticados;
- f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**;
- g) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 10. A declaração de inidoneidade também será aplicada na ocorrência das infrações previstas no subitem 18.6 do edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

§ 11. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas ou qualquer outro ato que gere em prejuízo do **CONTRATANTE** ou, ainda, aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- e) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**;
- f) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 12. A declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 13. As sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do §2º são de competência do Secretário-Geral do MPRO.

§ 14. A sanção estabelecida na alínea “d” do § 2º é de competência do Procurador-Geral do MPRO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da abertura de vista.

§ 15. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis do **CONTRATANTE**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de intimação.

§ 16. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão citada no §15, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 17. A comissão citada no §15, mediante decisão fundamentada, indeferirá provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 18. É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste parágrafo;

§19. A sanção aplicada por apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou por prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, exigirá, como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§20. As sanções de multa podem ser aplicadas juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

§21. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

§22. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

§23. Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual à Controladoria Geral do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 2.414/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões determinados pelo **CONTRATANTE**, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

§ 2º Havendo necessidade de aditivos contratuais, serão observadas as disposições do item 6.5 do ANEXO IV do Projeto Básico (1601732).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de revogar o presente processo licitatório, em razão de interesse público, decorrente de fato superveniente relacionado ao objeto licitado.

Parágrafo único. A licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples constatação de fato superveniente, no caso de surgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito à indenização, salvo se verificada a hipótese do artigo 149, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente Contrato para todos os efeitos, independentemente de transcrição, o Edital (1670363) da Concorrência nº 90001/2024, o Projeto básico (1601732), a proposta vencedora, as atas de abertura e julgamento da documentação e das propostas, o instrumento legal que outorga poderes ao representante da **CONTRATADA**, bem como planilha com a proposta orçamentária e o cronograma físico financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS CASOS OMISSOS

Os casos não previstos expressamente neste Contrato serão dirimidos por acordo entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, E na ausência de previsão destes diplomas legais, valerão as regras de contratos do direito privado (art. 89).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DO FORO

Fica eleito o foro de Porto Velho/RO, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente o presente contrato as partes e 2 (duas) testemunhas.

Porto Velho/RO, 02 de setembro de 2024.

(Assinado eletronicamente)

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR

Subprocurador-Geral
CONTRATANTE

de

Justiça

Administrativo

(Assinado eletronicamente)

FABIANO DOS SANTOS ARAÚJO

(Assinado eletronicamente)

Representante legal

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(Assinado eletronicamente)

Fabiana Cristovam Lima Fraga

Cad. 4461-2

(Assinado eletronicamente)

João Henrique Alves Rodrigues

Cad. 5247-5

ANEXO ÚNICO - Planilha de Preços Máximos

Processo Licitatório nº 06/2024

Concorrência nº 90001/2024

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Construção de edifício para comportar o Anexo III do edifício-sede do Ministério Público de Estado de Rondônia, em Porto Velho/RO.	Unid	01		R\$ 4.053.988,33
Valor Total					R\$ 4.053.988,33



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO DOS SANTOS ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 02/09/2024, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **1780807** e o código CRC **A6C95B23**.

19.25.110001001.0011253/2024-10

1780807v15